

PAUTA PRIORITÁRIA

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

CONGRESSO
NACIONAL



PLN nº 5/22

Simplex Nacional não é Gasto Tributário

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023. Emendas que ratificam que o Simplex Nacional não é Gasto Tributário.

Autor: Presidência da República

Situação: Aguardando sanção presidencial.

Posição Sebrae: **Favorável**

Impacto para MPes: **Muito Alto**

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

PLP nº 33/20



Marco Legal do Reempreendedorismo

Insere o Marco Legal do Reempreendedorismo, que estabelece a renegociação especial extrajudicial, a renegociação especial judicial e a liquidação simplificada, bem como altera a falência das microempresas e empresas de pequeno porte por meio da alteração da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

Autor: Senador Ângelo Coronel (PSD/BA)

Situação: Aguardando parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Posição Sebrae: **Favorável**

Impacto para MPes: **Muito Alto**

PLP nº 471/18



Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para dispor sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Promove melhorias na redação da relação de produtos sujeitos ao regime de Substituição Tributária, dispostos no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006, de forma a reduzir eventuais desvios interpretativos e garantir segurança jurídica e administrativa da aplicação desse dispositivo

Autoria: Senador Roberto Requião (MDB/PR), PLP 45/15, principal)

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Posição Sebrae: **Favorável**

Impacto para MPes: **Muito Alto**



PLP nº 108/21

Novos limites para o MEI

Permite que a pessoa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 130 mil se enquadre como MEI. Possibilita que o MEI contrate até 2 empregados.

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Posição Sebrae: **Favorável**

Impacto para MPEs: **Muito Alto**



PL nº 2380/21

Dispõe sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de Turismo (Fungetur).

Atuar no compartilhamento do risco de crédito; compartilhar o risco de suas operações mediante aquisição de cotas em fundos garantidores, públicos ou privados, participação em Sociedades de Garantia de Crédito (SGC) ou aquisição de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios; ampliar os instrumentos de atuação do Fungetur.

Situação: Pronta para Pauta no Plenário (PLEN).

Posição Sebrae: **Favorável**

Impacto para MPEs: **Alto**



PL nº 1026/21

Determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País (IPCA).

Projeto de Lei determina que o reajuste dos contratos de aluguel residencial e comercial não poderá ser superior à inflação oficial do País, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Autoria: Dep. Vinícius Carvalho (Republicanos/SP)

Situação: Pronta para Pauta de Plenário.

Posição Sebrae: **Favorável**

Impacto para MPEs: **Muito Alto**



PLP nº 178/21

Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias.

Projeto cria um estatuto de simplificação que normatiza nacionalmente a execução e criação de obrigações acessórias e cria um sistema nacional compartilhado entre União, estados e municípios. Dentre outros, padroniza a Emissão de Documentos Fiscais (Nota Fiscal Brasil Eletrônica), Declarações Fiscais (Declaração Fiscal Digital), Utilização dos dados de documentos fiscais para a apuração de tributos e fornecimento de declarações pré-preenchidas e guias de recolhimento, dentre outros.

Autoria: Dep. Efraim Filho (DEM/PB)

Situação: Aguardando aprovação do parecer apresentado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Posição Sebrae: **Favorável**

Impacto para MPEs: **Muito Alto**



PLP nº 145/21

Institui o Sistema Eletrônico de Apuração Fiscal – SEAF como formato oficial de apuração e recolhimento de tributos, e dá outras providências.

Proposição busca instituir e regulamentar a apuração prévia dos tributos pela autoridade tributária (declaração pré-preenchida) com a validação e o recolhimento posterior pelo contribuinte.

Autoria: Dep. Marcelo Ramos (PL/AM)

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Posição Sebrae: **Favorável**

Impacto para MPEs: **Muito Alto**

**PLP nº 126/21****Atualização da Lei Geral**

Visa atualizar a Lei Complementar nº 123/06 com as principais reivindicações dos pequenos negócios: aumento do limite máximo de faturamento do Simples Nacional para R\$ 6 milhões anuais; extinção dos sublimites de faturamento; extinção da Substituição Tributária para o Simples Nacional; alteração da composição do CGSN para incluir o Sebrae, dentre outros.

Autor: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Situação: Aguardando designação do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Posição Sebrae: **Favorável**

Impacto para MPes: **Muito Alto**

**PL nº 2234/19****Simples Trabalhista**

Traz medidas de simplificação e tratamento diferenciado no âmbito trabalhista para as micro e pequenas empresas, tais como redução de multas e aumento de prazos, dentre outros.

Autor: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Posição Sebrae: **Favorável**

Impacto para MPes: **Muito Alto**

**PLP nº 127/21****Liberdade aos estados**

Torna facultativa aos estados a adoção de sublimites estaduais para fins de recolhimento de ICMS. Atualmente, é obrigatória a aplicação de sublimites de R\$ 1,8 milhão e de R\$ 3,6 milhões de acordo com a participação da UF no PIB nacional.

Autor: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Situação: Aguardando parecer do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Posição Sebrae: **Favorável**

Impacto para MPes: **Muito Alto**

**PDL 551/21****Garantia dos direitos do MEI**

Susta os efeitos da alteração no art. 122 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de dezembro de 2018, na redação dada pelo art. 1º da Resolução CGSN nº 145, de 11 de junho de 2019. Mudança determinou a obrigatoriedade do MEI acessar o Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional para ter acesso às suas intimações e notificações.

Autor: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Situação: Aguardando designação do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

Posição Sebrae: **Favorável**

Impacto para MPes: **Muito Alto**



SF PLP 92/2022

Reforma LC 123 - Proposta FPMPE

Dá ao Sebrae a atribuição de agente de desenvolvimento da MPE e desenvolvimento territorial. Flexibiliza regras de impedimento de beneficiamento do tratamento diferenciado (inclusive Simples) Dispensa os alvarás de funcionamento municipais para atividades que não são consideradas de alto risco. Estabelece a faculdade da UF em aplicar sublimite para efeitos de recolhimento do ICMS e ISS, antes obrigatório. Aprimora a parte de contratações públicas para MPEs. Permite a comercialização de produtos da agroindústria artesanal em todo território nacional. Dentre outras disposições.

Autor: Senador Jorginho Melo (PL/SC)

Situação: Aguardando distribuição às Comissões.

Posição Sebrae: **Favorável**

Impacto para MPEs: **Muito Alto**